

Considerações sobre a pseudepigrafia religiosa na Antigüidade

Vicente Dobroruka

Professor de História Antiga, Universidade de Brasília

Doutor em Teologia, Oxford

Neste artigo examinarei, de modo tão próximo quanto possível, fontes antigas que exibem conhecimento em primeira mão da pseudepigrafia religiosa. Um primeiro passo consiste do exame dos nomes dos personagens escolhidos para se atribuir autoria aos textos pseudepigrafados; a seguir veremos alguns casos de atribuição autoral - espiritual não mediada, e, por fim, examinaremos os dois casos conhecidos de “pseudepigrafadores” antigos pegos no ato mesmo da falsificação autoral.

Em primeiro lugar examinemos um levantamento dos nomes dos autores putativos - quantos textos são atribuídos a cada um, e como as escolhas temáticas relacionam-se aos nomes escolhidos - em suma, como os nomes encaixam-se nos conteúdos de cada texto.

Segue-se um rápido esboço da pseudepigrafia religiosa como fraude, i.e. declarada e comprovadamente como tal, por oposição ao seu uso como parte de uma fenomenologia mais abrangente. Aqui veremos os casos narrados por Tertuliano e o de Salviano de Marselha, o primeiro denunciando um religioso da Ásia Menor escrevendo sob a assinatura de Paulo, o segundo abrigando-se debaixo do nome de Timóteo. Num certo sentido, o vínculo entre ortodoxia doutrinal e atribuição autoral “correta” parece mais importante aos olhos dos antigos do que aos nossos - é a conclusão a que cheguei e cujo percurso demonstrarei ao longo do artigo.

A primeira tentativa sistemática de apreciação dos nomes dos autores putativos de textos sagrados (incluídos aí os apocalipses) foi feita por Brockington, há mais de 50 anos atrás¹. Em minha própria investigação sobre o tema, cheguei ao seguinte quadro: com exceção dos 12 patriarcas, a pseudepigrafia restringe-se virtualmente a 8 nomes - Daniel, Enoch, Esdras, Baruch, Moisés, Isaías, Abraão e Noé. Brockington não inclui Elias, um dos mais importantes para a análise da pseudepigrafia apocalíptica como

¹ Leonard H. Brockington. “Problem of pseudonymity” in: *Journal of Theological Studies* 4, 1953. P.17.

elemento religioso, presumivelmente pelo fato de seu nome estar ligado a um texto cristão, o *Apocalypse de Elias* (ApEl)².

Com exceção de Elias, nada mais tenho a acrescentar a lista, e passo à sua tipologia. I have nothing to add to that list (excepting Elijah) and would like to go into further classification. Dos 9 nomes, dois são de personagens antediluvianos (Enoch e Noé), um é um dos patriarcas (Abraão), três são profetas (Moisés, Isaías e Elias), dois são legisladores (Moisés novamente e Esdras), um é personagem folclórico ao qual são atribuídos atos proféticos distintos daqueles dos profetas clássicos (Daniel) e um é secretário de um profeta (Baruch - cf. Jr 45:1).

Por meio desse quadro vê-se que os profetas são as figuras mais comuns (embora isso não reforce vínculos simplistas entre profecia e apocalíptica). Mas a vantagem que levam é muito pequena - os personagens antediluvianos são superados por uma margem tão pequena que a análise torna-se arriscada levando-se em conta apenas o número de personagens versus o gênero ao qual pertencem essencialmente. Em suma, a autoria putativa mostrar-se extremamente variada na apocalíptica quando se trata da escolha de nomes para a atribuição de textos.

Como forma de levar a análise adiante, Brockington levantou a hipótese de que, sendo a Lei por definição “mosaica”, a sabedoria era “salomônica” - por isso, trabalhos com ênfase nos aspectos legais da *Torah* seriam normalmente atribuídos a Moisés, a os sapienciais a Salomão³. A razão para a diversidade na apocalíptica seria, de acordo com Brockington, a perpetuidade das mudanças situacionais enfrentadas pelos autores verdadeiros dos textos⁴. Mas isso também seria verdade para outros gêneros - autores de textos legais ou sapienciais teriam todos sofrido as mesmas conseqüências das instabilidades político-sociais de determinada época, se é isso o que Brockington pretende defender. Outro modo de argumentar mais positivamente a favor da tese seria imaginar que o autor “real” do texto em questão estaria passando por uma situação tipologicamente similar à de seu antecessor bíblico, e isso por si só justificaria a escolha de seu nome para a atribuição do texto mais recente⁵. Mas isso permanecerá sempre como suposição por não podermos saber dos particulares das situações de cada autor

² Um item importante de ser lembrado é que, enquanto na Antigüidade o pseudônimo em geral era retirado de alguma figura importante do passado, a regra atual é simplesmente inventar um. Cf. David G. Meade. *Pseudonymity and Canon: an Investigation into the Relationship of Authorship and Authority in Jewish and Earliest Christian Tradition*. Grand Rapids: Eerdmans, 1987. Pp.1-2.

³ Id. *ibid.*

⁴ Idem, p.22.

apocalíptico e seria extremamente arriscado inferi-las de modo reverso, i.e. do nome escolhido para a situação hipoteticamente enfrentada.

Outra possibilidade apontaria para as “novidades” trazidas pelos textos pseudepigráficos: num certo sentido, esses livros seriam “novos” uma vez que Moisés e os demais profetas já tinham seus livros devidamente atribuídos e consagrados - desse modo uma mensagem renovada poderia ser entregue no nome de autores simultaneamente novos e conhecidos do público⁶.

Todavia, a tese acima exposta não dá conta da razão essencial para a reutilização de nomes que já tinham livros sagrados atribuídos a suas pessoas compusessem um grupo adequado a pseudepigrafia. É de se notar que o mais prolífico dos personagens pseudepigrafados (verdadeiro “santo patrono” dos apocalípticos⁷), Enoch, não tinha qualquer livro exclusivamente atribuído a ele mesmo no Antigo Testamento. Por outro lado, Esdras é uma figura comum na apocalíptica embora já tivesse anteriormente o “seu” livro; Isaías e Moisés também tinham seus próprios livros (que por sua vez podiam, mesmo tidos como canônicos ou consagrados, ser pseudepigráficos em parte - caso especialmente relevante em Isaías e, desnecessário dizer, de Moisés), e isso muito antes de qualquer apocalipse ter sido escrito.

A disponibilidade prévia de um personagem como autor (caso de Esdras, p.ex.) não pode tampouco ser o único critério para a atribuição de respeitabilidade ao autor putativo de um dado apocalipse. Abraão e Elias caem no mesmo caso de Enoch e não tinham livros próprios nos séculos que antecederam o nascimento da apocalíptica. Mas a idéia de nomes previamente não-atribuídos a livros conhecidos como sendo mais adequados a pseudepigrafia do que os mais comuns também não resolve a questão - pois, como vimos, encontramos na pseudepigrafia apocalíptica nomes comuns a livros canônicos ou conhecidos do público em geral e outros, que embora conhecidos e muito importantes, não mereceram (talvez por conta de sua própria popularidade) livros próprios.

Devemos ainda observar que na Antigüidade, por mais comum que pareça a escrita de um texto religioso e sua subsequente atribuição a terceiros, a norma é escrever

⁵ Jeremy Duff. *A Reconsideration of Pseudepigraphy in Early Christianity*. DPhil. Theology Faculty. Oxford, Oxford, 1997. P.176.

⁶ Cf. Morton Smith. “Pseudepigraphy on the Israelite literary tradition” in: Kurt von Fritz (ed.). *Pseudepigrapha I: huit exposés suivis de discussions*. Entretiens sur l'Antiquité classique. Vandoures-Genève: Fondation Hardt, 1972. P.214. “What they had to say was known; new revelations should be put in the mouths of new, but prestigious, speakers”.

⁷ Aland, op.cit. p.21.

(anonimamente) em primeira pessoa⁸. A atribuição a terceiros - caso de grande parte do Novo Testamento - não deve ser considerada pseudépigrafia em sentido estrito, mas antes casos de atribuição equivocada ou corretamente justificados pela tradição patrística, algo que não nos interessa no escopo deste artigo.

Pretender que os apocalipses pseudépígrafos sejam uma imitação de outra coisa qualquer supõe, evidentemente, que existam originais a serem imitados⁹. Supõe também que os judeus vivendo entre os sécs. II a.C. e I d.C. tinham uma noção muito clara de propriedade literária, o que não se pode provar¹⁰. Qualquer falsificação bem-sucedida depende de uma imitação habilidosa de um original¹¹.

Tudo isso leva a novas considerações. Para serem imitações, os apocalipses têm, forçosamente, de imitar outros textos, apocalipses ou assemelhados “verdadeiros” - e com o passar do tempo os mais recentes tornar-se-iam meras imitações literárias de um fenômeno que um dia foi algo vivo e ativo nas sociedades em questão. Essa linha de raciocínio supõe ainda que certos textos apocalípticos seriam uma “matriz” para outros, ou que os apocalipses mais antigos (1En ou Dn) conteriam experiências revelatórias autênticas desajeitadamente imitadas posteriormente em textos de caráter fortemente estereotipado como, p.ex. o Esdras grego. Para fazer uma falsificação é necessário, evidentemente, conhecer previamente o modelo no qual se pretende apoio, o que por sua vez implica, no caso apocalíptico, no conhecimento das experiências místicas fundantes lá descritas¹².

Outra hipótese é a de que os apocalipses estariam a imitar não a si mesmos em versões primordiais reelaboradas posteriormente, mas que imitariam o que para nós

⁸ Frederik Torm. “Die Psychologie der Pseudonimität im Hinblick auf die Literatur des Urchristentums” in: Norbert Brox (ed.). *Pseudepigraphie in der Heidnischen und Jüdisch-Christlichen Antike*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1977. P.112. No *Eclesiastes* o tom exortativo do texto também pode ser relacionado ao uso do discurso direto, em primeira pessoa, e contribui para a identidade da personagem sob cujo nome esconde-se o autor “mecânico. Cf. Samuel Cheon. “Anonymity in the Wisdom of Solomon” in: *Journal for the Study of the Pseudepigrapha* 18, 1998. Pp.111-115; Bruce Metzger leva essa possibilidade ainda mais longe em seu famoso artigo, “Literary forgeries and canonical pseudepigrapha” in: *Journal of Biblical Literature* 91, 1972. P.20.

⁹ Com todas as conseqüências que isso implica, p.ex. um desenvolvimento social que acaba por gerar um público instruído o bastante para discernir entre verdadeiro e falso, e que eventualmente dispõe de tempo e recursos para as investigações relacionadas à distinção. Cf. Ronald Syme. “Fraud and imposture” in Fritz, op.cit. P.15. Cf. ainda Archer Taylor e Frederick J. Moshel. *The Bibliographical History of Anonyma and Pseudonyma*. Chicago: University of Chicago Press, 1951 para uma introdução geral aos problemas relacionados ao estudo das fraudes literárias.

¹⁰ Pode ser que a noção tenha sido adquirida dos gregos. Cf. Wolfgang Speyer. *Die literarische Fälschung im heidnischen und christlichen Altertum: ein Versuch ihrer Deutung*. München: Beck, 1971. P.150.

¹¹ Alfred Gudeman. “Literary frauds among the Romans” in: *Transactions and Proceedings of the American Philological Association* 25, 1894. P.141.

¹² Syme, op.cit. p.15.

constituem gêneros bem diferentes da apocalíptica, quais sejam a literatura sapiencial e a profética. Isso nos leva ao problema das relações entre esses gêneros e a apocalíptica, e reforça a idéia de que o que hoje chamamos de apocalíptica não era consumido como gênero independente na Antigüidade.

Se os apocalipses são imitações de outra coisa, então seus autores “reais” ou tinham a intenção deliberada de enganar o público leitor, ou tinham a certeza de que não conseguiriam enganar ninguém e que seus textos seriam imediatamente tomados pelo que eram, e não pelo modo como se apresentavam ostensivamente¹³. Mas essa questão não tem como ser respondida em definitivo tampouco, já que não se teria como distinguir entre fraude pia e fraude mal-intencionada ou “plena”¹⁴.

Speyer dividiu a pseudepigrafia antiga em três categorias, dependendo da intenção do autor: trata-se respectivamente da pseudepigrafia “séria” (*echte religiöse Pseudepigraphie*), do tipo encontrado, segundo ele, em alguns apocalipses judaicos; a falsa (aqui encontra-se a literatura cristã) e a ficcional (i.e. pseudepigrafia como exercício artístico ou retórico)¹⁵.

Tudo isso nos remete novamente à questão da recepção, uma vez que ela também está ligada às intenções do pseudepigrafante - uma tentativa “séria” do ponto de vista do escritor seria recebida com a mesma seriedade pela audiência? Ou trata-se apenas de convenções literárias que não enganavam ninguém, um pouco como contemporaneamente assistimos a filmes ou peças sabendo tratar-se de ficção?¹⁶ Deve-se observar que, enquanto o público moderno muitas vezes tem dificuldade em separar fato de ficção, a fronteira entre ambos pode ter sido muito mais fluida na Antigüidade.

Mas qualquer que fosse a intenção original do autor “mecânico”, o termo “fraude” carrega consigo a conotação muito forte de que o “pseudepigrafante” estaria, de algum modo, obtendo vantagens por meio de sua prática¹⁷.

¹³ A tese recente de Terry L. Wilder dedica bastante atenção ao tema, embora mais voltada para a questão no âmbito da pseudonímia no Novo Testamento. Cf. Terry L. Wilder. “New Testament pseudonymity and deception” in: *Tyndale Bulletin* 50 (1), 1999. Pp.156-158.

¹⁴ Armin D. Baum. *Pseudepigraphie und literarische Fälschung im frühen Christentum: mit ausgewählten Quellentexten samt deutscher Übersetzung*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2001. P.84. Outros atribuíram aos judeus, preconceituosamente, o hábito de não serem suficientemente afeitos à verdade para tornar a autoria de seus apócrifos evidente: cf. Edmund K. Chambers. *The History and Motives of Literary Forgeries*. Oxford / London: Basil Blackwell / Simpkin / Marshall, 1891. P.13.

¹⁵ Speyer, “Fälschung, pseudepigraphische freie Erfindung” in Fritz, op.cit. p.340.

¹⁶ Conrad Gempf. “Pseudonymity and the New Testament” in: *Themelios*. 17, 1992. P.8 e Duff, op.cit. p.197. Duff sugere que a pouca evidência de que dispomos mostra que a pseudepigrafia era entendida em termos bastante literais quanto à atribuição autoral.

¹⁷ John C. Fenton. “Pseudonymity in the New Testament” in: *Theology* 58, 1955. P.55.

Aqui, um erro comum é o de se confundir a atribuição de um texto a um personagem famoso almejando o lucro e a sua atribuição a um personagem mítico¹⁸. No primeiro caso a acusação de má-fé é pertinente, ao menos se estivermos tratando de textos não-religiosos; para o segundo caso, um número muito grande de motivos e justificativas podem ser alegados, e iremos nos deter nos mesmos abaixo.

Além do interesse puro e simples no lucro, um motivo freqüentemente alegado para a prática pseudepigráfica é a de que os aprendizes, ou estudantes, escreveriam no nome de seus mestres por conta do respeito aos mesmos. Aplicada aos textos apocalípticos, essa idéia carrega consigo a noção de “círculos” ou “conventículos” compostos de mestres e discípulos, algo que não se tem como provar. Argumenta-se com freqüência, tomando por base uma passagem de Tertuliano, (*Adv. Marcion* 4.5), que a pseudonímia era com freqüência elogiada na Antigüidade - embora não seja esse meu entendimento do trecho¹⁹.

Voltando ao tema da aceitação ingênua ou crítica da pseudepigrafia antiga, um tema paralelo e elucidativo pode ser encontrado no uso dos discursos entre os historiadores antigos²⁰. Mas aqui há dois critérios conflitantes em jogo: a verdade de um lado e a adequação de outro²¹. Num dos casos mais radicais encontramos o discurso de Eleazar ben Yair aos defensores de Masada, tal como “registrado” por Josefo. Como se sabe, esse é um *topos* literário bem conhecido - o dos defensores que preferem antes a morte à rendição. Obviamente, não se deve buscar aqui nenhum tipo de experiência mística por trás do texto de Josefo, nem imaginar que sua audiência supusesse ter ocorrido alguma. Não se pode aplicar o mesmo raciocínio a pseudepigrafia apocalíptica sem reservas, mas ele nos mostra que uma audiência razoavelmente instruída não

¹⁸ Felix Jacoby. “Die Überlieferung von Ps Plutarchs Parallele minora und die Schwindelautoren” in: *Mnemosyne* 3 (8), 1940. P.73. Outro fator a contribuir seria a distância no passado do personagem a quem se quer atribuir o texto - quanto mais longínquo, mais fácil de lhe atribuir autoria. Os cem anos posteriores à morte de Platão e o volume de cartas falsamente atribuídas a ele no mesmo período é prova da validade do argumento. Cf. Reginald Hackforth. *The Authorship of the Platonic Epistles*. Hildesheim: Olms, 1985. P.2.

¹⁹ Leslie Mitton. “The authorship of the Epistle to the Ephesians” in: *Expository Times* 67, 1956. Pp.341-342 e a réplica ao mesmo tema, Donald Guthrie. “Tertullian and pseudonymity”, *id.ibid.*. Parece que Tertuliano estaria apenas associando os nomes dos Evangelhos de Marcos e de Lucas a Pedro e Paulo, respectivamente, mais do que presumir um procedimento de autoria pseudônima ou considerando que este fosse a norma corrente.

²⁰ Gudeman, *op.cit.* pp.144-145. Deve-se notar que os historiadores latinos são menos “abertos” quanto às suas intenções no uso desses mecanismos, talvez pelo fato de em seu tempo eles serem tão comuns a ponto de prescindirem de uma explicação como a dada por Tucídides na *História da Guerra do Peloponeso* 1.22. O uso desse recurso também é citado por Metzger como uma das razões para a pseudepigrafia, *op.cit.* p.5012.

²¹ Frank W. Walbank. *Speeches in Greek Historians (The Third J.L. Myres Lecture)*. Oxford: Blackwell, s.d. P.4.

aceitaria discursos atribuídos a terceiros de modo acrítico. Esses discursos parecem constituir um caso particular do que deve ter sido a reação habitual dos leitores antigos no período que nos interessa; interessadas tanto quanto nós na atribuição correta da autoria de um dado texto, a pseudepigrafia não seria considerada a prática de atribuição autoral corrente ou normal²². Um pseudepígrafo descoberto como tal, na Antigüidade como hoje, seria considerado pura e simplesmente uma falsificação²³ - o que não torna os seus praticantes necessariamente falsários, mas apenas usuários de um mecanismo que talvez não tivesse, originalmente, a intenção de enganar ninguém²⁴.

Não temos, no mundo antigo, nenhum caso registrado de autores de apocalipses pegos no ato mesmo de escrevê-los e atribuí-los a algum personagem conhecido, respeitável e passado²⁵.

Mas dispomos de dois testemunhos tardios das reações suscitadas em círculos cristãos pela prática. Mas dispomos de dois testemunhos quanto à reação, em meios cristãos, à prática pseudepigráfica quando descoberta. Embora os dois casos em questão cubram lapsos de tempo muito vastos e envolvam questões de natureza muito diferentes, do ponto do vista cultural, a escassez de fontes semelhantes nos leva a examiná-las com todo o cuidado e atenção. Não se trata de material judaico, é mais tardio do que o período da composição da maior parte dos apocalipses, mas são informativos quanto à recepção cristã da pseudepigrafia quando revelada.

Deve-se ainda notar que estamos tratando, aqui, de pseudepigrafia epistolar, e que a resposta a outros tipos literários pode ter sido diferente. Mas, como dito acima, são o que possuímos de mais próximo em termos de relatos em primeira mão de pseudepigrafia antiga no ato de sua realização.

²² Para uma discussão completa do tema cf. a tese de Duff e ainda Gempf, op.cit. p.10.

²³ Metzger, op.cit. p.4. O mesmo seria verdade, ainda que num contexto bastante diverso, para as alterações textuais nas tragédias - não temos como saber por que razões precisas certas pessoas, presumivelmente atores, interpolavam trechos nos textos originais; todavia, pretender que esse recurso destinava-se a enganar o público, pura e simplesmente, não explica a complexidade por trás do fenômeno, embora ilustre o quanto as relações entre atores e público podiam ser complexas na Antigüidade. Cf. Denys L. Page. *Actors' Interpolations in Greek Tragedy: Studied with Special Reference to Euripides' Iphigeneia in Aulis*. Oxford: Clarendon Press, 1934 e Meade, op.cit. p.4.

²⁴ Essa é uma tese adotada por muitos e por muito tempo, e que teve em Rowley seu principal defensor. Uma última observação na semelhança aparente consiste do fato de que o interesse do apocalíptico na história é marcado pelo uso da pseudepigrafia como ponto de vista privilegiado do qual anunciar profecias *ex-eventu*. Cf. John J. Collins. "Pseudonymity, historical reviews, and the genre of the Revelation of John" in: *Catholic Biblical Quarterly* 39, 1977. Pp.332-333. A posição de Collins choca-se com a de Von Rad, para quem os apocalípticos não nutriam interesse especial pelo pensamento histórico.

²⁵ Deve-se notar que encontramos por vezes em autores antigos uma semelhança superficial entre nosso modo de ver e criticar um texto e o dos antigos; é o caso da datação de Daniel por Porfírio ou das observações de Dionísio (bispo de Alexandria) sobre o *Apocalipse de João* com relação à sua autoria pelo mesmo João do Evangelho. Cf. Eusébio. *História eclesiastica*. 7.25.

O primeiro caso diz respeito a Tertuliano, que menciona um sacerdote cristão na Ásia Menor pego ao forjar o que viria a ser conhecido como os *Atos de Paulo e Tecla*:²⁶.

E se essas mulheres [i.e. aquelas que reclamam o direito de batizar] invocarem os Atos que erroneamente levam o nome de Paulo, e exijam seu direito a batizar seguindo o exemplo de Tecla, que saibam do seguinte: foi um padre da Ásia que forjou essa obra, encobrando, por assim dizer, sua própria autoridade debaixo da de Paulo. Culpado de fraude, ele confessou ter agido de tal maneira por amor a Paulo e foi exonerado.

É notável que o mesmo Tertuliano é freqüentemente citado como um crédulo inocente e acrítico da pseudepigrafia em função do modo como discute a sobrevivência dos textos enóquicos ao (*De cultu feminarum* 1.3.1-3):

*Sei muito bem que alguns não aceitam o livro de Enoch [...] por não terem os judeus o aceito em sua coleção. Eles não acreditam, me parece, que esse livro composto antes do Dilúvio possa ter sido preservado após o desastre que tudo destruiu sobre a Terra. Se é esse o seu raciocínio, é bom recordar que o neto de Enoch, Noé, sobreviveu ao Dilúvio [...] E não é improvável que Noé tenha assumido, por sua vez, a transmissão da profecia [...]*²⁷

É importante observar que Tertuliano afirma que o falsário foi punido não apenas pela fraude, mas por expressar opiniões heterodoxas, independentemente do quanto seu amor por Paulo fosse grande. Permitir que uma mulher batizasse é a razão pela qual Tertuliano inicia a crítica dos *Atos* em questão²⁸. Aqui temos um caso bem claro em que a inquietação dogmática alia-se à crítica de procedência de um documento²⁹.

O outro texto antigo de que dispomos para tratar do tema na Antigüidade é, sob vários aspectos, mais fascinante, por fornecer um olhar direto, incomum até mesmo pelos padrões atuais, sobre a pseudepigrafia - trata-se de um relato em primeira pessoa por um falsário pego no ato mesmo de produzir um pseudepígrafo, seguido de sua defesa quanto ao gesto e, ao que parece, uma confissão de culpa.

²⁶ *De baptismo* 17. Cf. Raymond F. Refoulé (ed.). *Tertulien. Traité du baptême*. Sources chrétiennes. Paris: Éditions du Cerf, 1952.

²⁷ Marie Turcan (ed.). *Tertulien. La toilette des femmes: (de cultu feminarum)*. Sources chrétiennes. Paris: Éditions du Cerf, 1971. Pp.57-59.

²⁸ Metzger, op.cit. p.14.

²⁹ Torm, op.cit. p.119. Em contraste, um livro como Isaías jamais teve sua autoria imaginada como compósita (i.e. por parte de mais de um autor) na Antigüidade. Cf. Bernstein, "Pseudepigraphy in the Qumran Scrolls" cit. by Baum, op.cit. p.63.

Tudo isso diz respeito a Salviano de Marselha, um autor prolífico da Antigüidade tardia que foi pego por Salonius, seu superior eclesiástico, como o autor de uma carta falsamente atribuída a Timóteo pelo próprio Salviano³⁰.

A carta, em si mesma, é uma exortação à Igreja para que abandone a riqueza mundana e retorne à pobreza apostólica etc. e inicia-se com Timóteo falando em primeira pessoa: mas Salonius não teve dificuldade em perceber a mão de Salviano por trás do texto, e é precisamente a resposta de Salviano às acusações o que nos interessa aqui³¹.

Salviano defende-se com um arsenal retórico variado e não podemos estar certos quanto à sinceridade de seus argumentos, evidentemente, mas sendo ele conhecido pelo rigor de sua vida ascética, malícia não seria um motivo provável para suas ações. Não obstante, o modo como ele expõe seus pontos de vista com relação aos atos cometidos é surpreendente. Uma das razões alegadas para escrever em nome de Timóteo é que, nesse caso,

*[...] o documento não será tido como apócrifo quando se perceber que ele não foi escrito pelo apóstolo Timóteo [...]*³²

Salviano também se queixa de que muita gente não valoriza um texto pelo seu conteúdo, mas pelo prestígio atribuído ao seu autor:

*Pois em todos os livros devemos estar mais preocupados com o valor intrínseco de seu conteúdo do que com o nome de seu autor. Portanto, se o livro é leitura proveitosa e oferece algo de edificante ao seu leitor, o que importa satisfazer a curiosidade de alguém sobre o nome do seu autor?*³³

A preocupação de que os leitores possam estar mais preocupados com a autoria alegada do que com o conteúdo já se manifestava em outros autores antes de Salviano: Aulo Gélcio nos oferece uma observação interessante em suas *Noites áticas* 11.4, onde Eurípides - *Hécuba* - e Ênio são citados acerca do assunto (Ênio havia imitado

³⁰ Para o texto de Salviano, notas e informações biográficas gerais, cf. Georges Lagarrigue (ed.). *Salvien de Marseille. Oeuvres*. Paris: CERF, 1971. O texto ao qual me refiro aqui chama-se *Timothei ad Ecclesiam Libri IV*, e é datado em torno de 440 d.C..

³¹ Para questões de cunho geral sobre o documento, cf. Alfred E. Haefner. "A unique source for the study of ancient pseudonymity" in: *Anglican Theological Review* 16, 1934. Pp.8-15.

³² *Idem*, p.12.

³³ *Id. ibid.* Aqui, como no testemunho de Tertuliano, a conformidade doutrinal parece mais importante do que a precisão autoral, sem que esta seja inteiramente descartada.

poeticamente Eurípides com grande sucesso, mas, sendo desconhecido, caiu na obscuridade)³⁴. Salviano prossegue candidamente:

*Por essa razão o presente escritor optou por esconder sua identidade por completo, por medo de que o seu nome verdadeiro talvez diminuísse a influência de seu livro, que contém muitas coisas de valor inexcedível. Esta é a razão - para quem desejar sabê-la - pela qual o panfleto foi publicado pseudonimamente.*³⁵

Entre as coisas que Saloniús realmente desejava saber estavam a razão de Salviano ter se servido de um pseudônimo e o porquê do nome escolhido ter sido o de Timóteo. Como resposta à primeira questão, vimos que, ironicamente ou não, Salviano alegou estar agindo por modéstia e ao mesmo tempo mostra-se orgulhoso de que seu texto seja lido por pessoas que de outro modo não se dignariam a olhá-lo, preocupadas como estão com as questões de autoria. Timóteo foi o nome escolhido por conta da admiração pelo personagem (semelhante ao caso do autor dos *Atos de Paulo e Tecla* supracitado)³⁶. Salviano conclui sua defesa argumentando que, tendo escrito pela honra de Deus, quem levou o livro a ser escrito, em primeiro lugar - i.e. Timóteo - acaba sendo seu autor verdadeiro³⁷.

Certo número de características marcantes deve ser sublinhada no caso. Em primeiro lugar, não há referências à *unio mystica* entre o herói e o autor “mecânico”: as razões alegadas por Salviano, não importa o quanto some sentimentais aos nossos ouvidos, não têm nada a ver com identidade espiritual ou possessão (na verdade, Salviano parece mais preocupado com o impacto final do texto pseudépígrafo sobre sua audiência, ou seja, que as pessoas reconheçam nele uma mensagem digna de ser lida e transmitida precisamente por levar o “selo de garantia” autoral de Timóteo). Num sentido algo forçado, portanto, “Timóteo” é o autor real, por ter inspirado Salviano em sua exortação pela pobreza apostólica.

O texto de Salviano é uma fonte não-apocalíptica, não-judaica e muito tardia mas que nos oferece um olhar de relance acerca do quanto as questões autorais haviam mudado desde os textos do Antigo Testamento - a maior parte dos quais é anônima ou

³⁴ John C. Rolfe (ed.). *The Attic Nights of Aullus Gellius*. London / Cambridge, Mass.: Heinemann / Harvard University Press, 1978.

³⁵ Idem, p.14.

³⁶ O sacerdote de Tertuliano parece ter sido mais incisivo em suas declarações, mas o sentimento de atração em relação a Paulo e Timóteo mostra-se muito real nos dois casos.

³⁷ Haefner, op.cit. p.15.

pseudônima³⁸. Com Salviano temos um uso da pseudonímia mais parecido com o nosso próprio e o caso ilustra como a questão da clareza autoral em textos religiosos - de certo modo, introduzida pelo Cristianismo - pode colocar a pseudonímia, e seu subproduto, a pseudepigrafia, longe da idéia de possessão por um autor falecido, ou do fenômeno psicográfico³⁹.

Quanto a este ponto específico, é preciso deixar claro que a pseudepigrafia não envolve, necessariamente, estados alterados de consciência - embora isso *possa* ocorrer em fenômenos específicos como a psicografia espírita. A fraude pura e simples, bem-ou mal-intencionada, ou a sátira deliberada são motivos tão claros quanto quaisquer outros.

Argumentou-se por vezes que a investigação dos aspectos psicológicos da pseudepigrafia afasta o observador das questões literárias, mais fáceis de observar e de responder⁴⁰. Mas se o questionamento literário for realmente um meio mais eficaz de lidar com os problemas ligados aos ASCs, já teríamos chegado a conclusões definitivas, dado o número de comentários e análises textuais, em todas as vertentes, dos apocalipses. Que isso não tenha ocorrido só faz realçar a importância de se levar em conta os aspectos psicológicos na investigação do fenômeno.

As teorias alemãs revelaram um pendor especial para o *approach* psicológico - basta recordar os trabalhos de Sint, Torm e Speyer. Além dos autores citados é preciso não esquecer o uso feito por Russell do *apparatus* teórico ligado ao conceito de “personalidade corporativa”. Todos os autores citados ligam, de alguma maneira, a identificação oracular ou extática à pseudonímia, em textos religiosos⁴¹. Mas aqui tampouco encontramos evidência interna para relacionar os autores verdadeiros com os pseudônimos de que se servem⁴².

Todavia, o argumento oposto - o de que, se os autores “mecânicos” o desejassem teriam escrito em seu próprio nome, eliminando *a priori* qualquer possibilidade de envolvimento místico por parte do “pseudepigrafante” me parece uma impossibilidade

³⁸ Para tópicos específicos relacionados à autenticidade de documentos do período do Segundo Templo, com ênfase especial em Josefo e nos livros dos Macabeus, cf. Hugo Willrich. *Urkundenfälschung in der hellenistisch-jüdischen Literatur*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1924.

³⁹ Metzger, op.cit. pp.25-26 e Haefner, op.cit. p.11.

⁴⁰ Lewis Donelson. *Pseudepigraphy and Ethical Argument in the Pastoral Epistles*. Tübingen: Mohr, 1986. Pp.8-9. Cf. ainda Karl M. Fischer. “Anmerkungen zur Pseudepigraphie im Neuen Testament” in: *New Testament Studies* 23, 1977. P.78.

⁴¹ Meade, op.cit. p.7.

⁴² Smith, “Pseudepigraphy on the Israelite literary tradition” in: Fritz, op.cit. p.371 em resposta à proposição de Speyer.

lógica⁴³ - na verdade constitui apenas um argumento circular, sem qualquer desenvolvimento lógico implicado na seqüência. *Por quê* certos homens serviram-se do nome de outros para atribuir a autoria de certos textos é precisamente o que desejamos saber; repetir a questão - como parece fazer Morton Smith - nada nos acrescenta. E são muitas as razões pelas quais esses homens podem ter optado por atribuírem seus textos a terceiros.

Também já se notou que a autoridade da mensagem veiculada pelos autores apocalípticos era mais importante do que suas pretensões de autoridade pessoal⁴⁴, ainda que pudessem efetivamente alegar receberem mensagens diretamente daqueles em cujo nom escreviam⁴⁵.

A idéia de que não apenas os proferimentos mas também sua forma escrita tinham proveniência divina é bastante antiga. Já a encontramos em Platão (*Timeu* 72) e Plutarco (*Sobre o oráculo da pitonisa* 397c)⁴⁶. Mesmo que os apocalipses sejam o produto de “escolas” de visionários, uns instigando os outros e até certo ponto revisando seus textos, teríamos apenas uma variação da mesma idéia, ou seja, algum tipo de experiência mística, ainda que não experimentada em primeira mão, é o que teria levado o autor “mecânico” a escrever em nome de terceiros. Mas nossa ignorância acerca da psicologia do homem antigo nos remete ao ponto de partida - se estamos diante de uma convenção, de uma experiência genuína ou de uma forma intermediária⁴⁷.

Outro fator a ser levado em conta é o do treinamento do autor “mecânico”⁴⁸ - aparentemente uma idéia moderna, mesmo em círculos pagãos a idéia da inspiração poética chegou a ser relacionada ao que modernamente consideramos ASCs⁴⁹. Mesmo que a pseudepigrafia fosse tratada como apenas mais um elemento literário e formal⁵⁰, as experiências descritas e seus efeitos são verossímeis (o que não prova que as

⁴³ Meade, op.cit. p.9.

⁴⁴ Collins, “Inspiration or illusion”, p.31.

⁴⁵ Aland, op.cit. pp.20-21.

⁴⁶ Duff, op.cit. p.152.

⁴⁷ Até mesmo um observador simpático à idéia como Duff mostra-se pronto a aceitar essa idéia relativamente à psicologia do homem comum na Antigüidade.

⁴⁸ Isso nos conduz novamente ao velho tema dos *topoi* e ao caráter estereotipado das visões apocalípticas - a imersão completa dos autores “reais” dos textos na exegese e estudo dos textos sagrados dariam conta da questão sem tornar os textos meras falsificações. Cf. Murray, op.cit. p.88.

⁴⁹ A idéia não parece anterior ao séc.V a.C. - todavia, ela pode ser atribuída a Platão e outros como uma racionalização tardia capaz de dar conta do processo de inspiração poética em períodos muito anteriores. Cf. Penelope Murray. “Poetic inspiration in Early Greece” in: *Journal of Hellenic Studies* 101, 1981. P.87.

⁵⁰ Isso assemelha-se ao gosto apocalíptico por números e animais simbólicos. Cf. Josef A. Sint. *Pseudonymität im Altertum; ihre Formen und ihre Gründe*. Innsbruck: Universitätsverlag Wagner, 1960. P.77.

experiências tenham sido em primeira mão, mas tampouco permite que sejam dispensadas como meras falsificações).

Dois caminhos básicos foram oferecidos para explicar o encobrimento da experiência mística sob o manto da pseudonímia: na primeira, o escritor “mecânico” é um instrumento nas mãos de Deus, do Espírito Santo ou de um apóstolo (uma explicação mais adequada aos textos do Novo Testamento do que àqueles com os quais lidamos aqui)⁵¹; mas paralelos com os profetas também são possíveis, e para um escritor trabalhando nessas condições a imagem de alguém ditando um texto ou de uma voz divina fazendo o mesmo podem ser bem reais⁵². Como diz Torm, é a semi-escuridão do inconsciente trabalhando⁵³.

No fim das contas, não há paralelo no Antigo Testamento para a idéia de união mística entre o autor “mecânico” e o declarado⁵⁴; se isso chegou a acontecer os textos mesmos são tudo o que sobrou do processo. As informações que eles fornecem acerca dos processos visionários não são suficientes para provar que todos os apocalipses que chegaram até nós sejam o resultado de experiências místicas⁵⁵: nos casos mais óbvios - como o *Apocalipse grego de Esdras* ou o *addendum* ao texto siríaco de 4Ezra - pode-se perceber uma imitação grosseira de relatos de experiências em primeira mão, mas não se pode dizer o mesmo dos apocalipses realmente importantes e de influência mais duradoura (1En, Dn, 2Br e 4Ezra)⁵⁶.

⁵¹ Aland, op.cit. pp.30-31.

⁵² Wolfgang Speyer. “Fälschung, pseudepigraphische freie Erfindung und ‘echte religiöse Pseudepigraphie’” in: Fritz, op.cit. pp.337; 339-340. Nesses casos, como vimos, Speyer fala de “pseudepigrafia religiosa séria”, que, nos termos do próprio Speyer, parece envolver algum tipo de autosugestão. Cf. ainda Baum, op.cit. pp.14-15.

⁵³ Torm, op.cit. p.125. A sugestão de Torm relativamente a textos sibílicos ou herméticos poderia muito bem estender-se aos apocalipses. Mas há aqui uma diferença importante - os autores dos apocalipses que serviam-se de material hermético, órfico ou sibílico tinham fontes à mão para desenvolver, enquanto o autor de Daniel teria muito mais dificuldade nesse sentido (mas cf. Helge S. Kvanvig. “Dan 7 in a Mesopotamian context” in: *Roots of Apocalyptic. The Mesopotamian Background of the Enoch Figure and of the Son of Man*. Neukirchen-Vluyn: Neukirchen Verlag, 1988 para um ponto de vista diferente), ou pelo menos é o que afirma Torm (op.cit. p.120). A idéia deste último não me parece razoável, já que o autor ou autores de Daniel tinham pelo menos Jeremias e Ezequiel para “desenvolver” em termos da linguagem apocalíptica; por outro lado, se a experiência psicológica representa de fato algo aqui, o autor de Daniel poderia muito bem identificar-se com um personagem passado como o próprio Daniel.

⁵⁴ Baum, op.cit. p.71. Obviamente, a idéia de que as experiências descritas teriam ocorrido duante a vida de, digamos, Enoch um relato em primeira mão de uma experiência mística torna-se algo insustentável; cf. Baum (op.cit. p.88).

⁵⁵ Duff, op.cit. p.196.

⁵⁶ Um último caso digno de exame na Antigüidade, mas que mere uma menção ainda que de passagem é o do médico siracusano Menécrates (aprox. 390 a.C.), que aparentemente identificava-se com Zeus na medida em que ambos seriam “a causa da vida dos homens”. Cf. Speyer, “Fälschung, pseudepigraphische freie Erfindung” in: Fritz, op.cit. p.346. Cf. também Plutarco, *Vida de Agesilau*. 21.5 e Clemente of Alexandria, *Exortação aos gregos*. 4.48. Plutarco condena o uso do epíteto de “Zeus” por parte de

Um último aspecto importante relativo à preocupação do leitor antigo quanto à pseudepigrafia em contexto religioso relaciona-se com a ortodoxia dos conteúdos. Ao menos para os primeiros cristãos parece ter sido mais importante determinar se um dado texto era ou não inspirado do que averiguar sua autoria verdadeira⁵⁷, o que significa que a ortodoxia doutrinal era mais importante do que a atribuição correta da obra⁵⁸.

Esse raciocínio leva à idéia de que na Antigüidade a correção autoral de um dado livro religioso era definida menos por sua autoria do que pelo seu conteúdo - ou seja, um texto seria considerado falso quando seu conteúdo não pudesse, de nenhum modo, adequar-se ao autor pretendido⁵⁹.

Todavia, isso também levanta certo número de questões. Em primeiro lugar, o raciocínio exposto acima supõe que todo texto pseudepigráfico deva ser considerado contra um original. A idéia seria viável para muitos apocalipses, mas não para o mais importante deles, Daniel⁶⁰. O problema também nos faz pensar se 1En pode ser considerado um texto “original” em qualquer sentido⁶¹; mesmo um personagem imensamente popular como Elias não teria um livro “original” em seu nome contra o qual se pudesse comparar um pseudepígrafo. Finalmente, a idéia dos “originais” x “pseudepígrafos” nos levaria a outro problema, o da composição do cânon do Antigo Testamento - invertendo o raciocínio, parece-me que definir este ou aquele texto como “originais” só faz sentido se eles puderem ser considerado como canônicos quando comparados a outros textos, obviamente não-pertencentes à mesma categoria.

Menécrates numa carta a Agesilau, afirmando tratar-se de mau gosto, mas não entra em detalhes sobre o quanto Menécrates acreditava ele mesmo nessa atribuição divina .

⁵⁷ Speyer, *Die literarische Fälschung*, p.151.

⁵⁸ Fazendo ecoar novamente o raciocínio de Collins acerca da pseudonímia apocalíptica como sendo outra coisa que não um manto de proteção aos seus autores reais, pois isso não acerscentaria nada à sua autoridade - o que eles não buscavam, de todo modo, já que para os apocalípticos o essencial seria a autoridade de sua mensagem. Cf. Jean Gribomont. “De la notion de ‘Faux’ en littérature populaire” in: *Biblica* 54, 1973. P.435, Eduard Verhoef. “Pseudepigraphy and canon” in: *Biblische Notizen* 106, 2001. P.91, Metzger, op.cit. p.19 e Meade, op.cit. p.91; este último argumenta que a autoria de Daniel é essencialmente um recurso à autoridade da tradição e não à origem literária do texto.

⁵⁹ Baum, op.cit. pp.3-4.

⁶⁰ Os vestígios de Qumran apontam para um ciclo de Daniel muito maior do que se podia supor anteriormente, além de todos os textos medievais que o têm como autor. Mas o estado fragmentário da evidência de Qumran e o fato desses textos terem, provavelmente, uma circulação muito mais restrita, além dos problemas de datação envolvidos, fazem pensar que é impossível conceber um “Daniel original” do qual teriam surgido os demais textos do ciclo. Exemplos dos textos daniélicos de Qumran seriam 4Q243-245, enquanto 4Q242, 4Q552-553 e 4Q246, embora não mencionem seu nome, servem-se de temas relacionados ao seu nome..

⁶¹ O fato de 1En, juntamente com Dn, constituírem as “matrizes” da experiência mística apocalíptica é algo bem diferente e nos conduz novamente à estereotipia sem que isso implique necessariamente em falsificação - a matriz “moldaria” a experiência do visionário mas deve ser considerada como distinta d aprópria experiência.

Nada disso pode ser provado, em sentido estrito, com relação aos apocalipses judaicos, mas olhando novamente para o testemunho de Salviano temos um paralelo (ainda que muito tardio) que revela que mesmo textos de ortodoxia inquestionável (como 3Tm) poderiam ser recusados com base em dúvidas autorais. No fim das contas, Salonius foi atrás do responsável pela fraude, Salviano, e a julgar pelo testemunho que nos restou, a ortodoxia doutrinal não facilitou em nada a vida de seu antigo mestre Salviano, embora constituísse parte dos argumentos de defesa deste último⁶².

O caso de Salviano não significa que o mesmo raciocínio possa ser aplicado sem maiores nuances à apocalíptica judaica - uma diferença importante a ser observada aqui é que os apocalipses eram mais populares em círculos cristãos do que em judaicos⁶³.

Por fim, uma alternativa à idéia de contato direto com o herói retratado como meio de explicar a pseudepigrafia apocalíptica é a tese de Meade, que liga autoria à tradição. Essa hipótese não se presta à apocalíptica como um todo mas seria útil para se lidar com os textos mais importantes dessa tradição, Dn e 1En⁶⁴.

O argumento de Meade segue a linha de que grande parte da natureza preditiva dos textos apocalípticos assemelha-se à profecia e que, portanto, os apocalipses poderiam ser tidos, na Antigüidade, como livros proféticos, já que não constituíam um gênero próprio. Mas Meade lembra também que os heróis que emprestam seus nomes aos apocalipses jamais são chamados a profetizar, mas são comumente designados como sábios ou escribas (p.ex. Dn 1:4; 1:17-20; 2:23 etc.; 1En 12:4; 92:1; 4Ezra 14:50 na versão siríaca; 14:40; 4:22; 5:22; 2Br 38:4; 50:1). Os “eleitos” também são comumente chamados de “sábios” (Dn 12:3; 1En 104:12; 4Ezra 14:47; 8:51-52; 2Br 28:1; 14:5 etc.). Sua mensagem é designada como “sabedoria” (Dn 2:20; 9:22; 1En 37:1; 82:2-3; 92:1; 4Ezra 14:47; 8:4; 2Br 14:9; 51:3, 7)⁶⁵, e é dirigida ao grupo dos “sábios”⁶⁶.

Tudo isso aponta para a idéia de que nos meios judaicos a pseudonímia era utilizada em contextos sapienciais, mas não proféticos⁶⁷. A idéia é reforçada por um

⁶² Baum, op.cit. p.112. O caso de Tertuliano é bem diferente, na medida em que a heterodoxia e a descoberta da fraude tiveram papéis importantes na desqualificação dos *Atos de Paulo*.

⁶³ Sendo mais preciso, isso significa que embora a maior parte dos apocalipses do Antigo Testamento tenha sido preservada por cristãos eles foram compostos por judeus, excluídas as interpolações. Cf. Smith, op.cit. p.213.

⁶⁴ Meade, op.cit. p.73.

⁶⁵ Idem, p.75.

⁶⁶ Idem, p.83.

⁶⁷ Idem, p.76. Insisto em que isso não implica leitura, por parte do público consumidor, dos textos como sapienciais masi do que proféticos ou qualquer outra coisa: Josefo é o exemplo clássico, pelo tratamento

texto sapiencial como o de Provérbios - “Quem ascendeu ao Céu?” - (Pr 30:4). A semelhante pergunta os apocalípticos responderiam: “eu” (p.ex. 1En 14:8)⁶⁸. Meade denomina esse recurso - que não deve ser confundido com um mero mecanismo para obtenção de autoridade mediante o encobrimento sob um nome tradicional - de “sabedoria superior” e ela seria uma espécie de “atualização” do material sapiencial já consagrado⁶⁹. Em termos mais amplos, a tese de Meade liga a pseudepigrafia à tradição autoral judaica de um lado, e à “sabedoria superior” de outro.

As concepções de Meade levantam outros problemas. A familiaridade da tradição judaica com o conceito de pseudonímia não explica seu uso, a não ser que se recorra a argumentos tautológicos: os autores antigos escreviam pseudonimamente, porque essa era a forma à qual estavam habituados, um argumento muito fraco. Ele tampouco dá conta da escolha dos nomes dos pseudepigrafados - e talvez esta seja a questão mais difícil de se resolver com relação à pseudepigrafia judaica. Finalmente, o recurso ao conceito de “sabedoria superior” apenas encobre as dimensões experimentais de nossa discussão: considerando a si mesmos como “sábios” ou “novos profetas”, os autores “mecânicos” dos apocalipses estariam realmente experimentando algum tipo de ASC, e caso a resposta seja positiva, estaríamos diante de algo semelhante à psicografia?

Afirmar que uma forma “atualizada”, “superior” ou semelhante de sabedoria desempenhe algum papel aqui não responde a pergunta, mas antes constitui mais um aspecto da experiência apocalíptica a ser levado em consideração. O que permanece além de qualquer dúvida é que a pseudepigrafia trazia a verossimilhança aos olhos dos leitores antigos, fosse essa sua intenção original ou não. Todavia, “verossimilhança” não é sinônimo de “verdade”; e portanto, não é com base na pseudonímia ou pseudepigrafia apocalípticas que se pode demonstrar a autenticidade das experiências místicas descritas nos textos mesmos⁷⁰.

que dá a Daniel nas *Antigüidades judaicas*. Cf. ainda Amos Wilder. “The rhetoric of ancient and modern apocalyptic” in: *Interpretation* 25, 1971. P.446.

⁶⁸ Meade, op.cit. p.77 e a crítica de Baum, op.cit. p.73.

⁶⁹ Id.ibid.

⁷⁰ Duff, op.cit. pp.187-190.